

66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CT-OS/CIF - PÚBLICA

Aos dias dez do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinco minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube no link: <https://www.youtube.com/live/jzHdtpM1CZM>, e presencialmente, no Transamérica Lourdes Belo Horizonte, Av. Álvares Cabral, 975 – Bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, teve início a 66ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CT-OS/CIF, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Dos participantes presenciais membros, registro: Alessandra Zardo Venturin (SETADES/ES), Daniely Cristina de Souza Alves (Prefeitura Municipal de Mariana/MG), Jefferson de Araújo (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo), Joéci Benedita dos Santos Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Josiane Aparecida dos Passos (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG), Juliane de Araújo Barroso (SETADES/ES e coordenação CT-OS), Karolina Rodrigues Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Mariana/MG), Manoel Rodrigues Afonso (SEDESE/MG Regional Metropolitana), Márcia Carvalho Vieira (SETADES/ES), Mariana Alves Botelho (SEDESE/MG), Melissa Costa Alcântara Moraes (Secretaria de Estado da Casa Civil/MG), Milla Pião Moreira (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Rosilene de Fátima Teixeira de Oliveira (SEDESE/MG), Viviane Gonçalves Moreira (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG).

Convidados – Colaboradores – Fundação Renova, ATIs- Flacso: Bianca Souza (CAT/ATI Tumiritinga e Galileia/MG), Breno Buzelin (Fundação Renova), Carlos Roberto de Castro (MAPA), Carolina Berg (EY), Clarissa Prates (MP-MG), Cláudia de Oliveira Fontes (Fundação Renova), Creuza Maria, Daniela Bertulane (Fundação Renova), Daniela Freitas (Advogada), Dihego Souza (Fundação Renova), Elaine Silva (Comissão Atingidos Tumiritinga/MG), Enéas Ferreira (Comissão Atingidos de Conceição da Barra/ES), Felipe Bruschi Giorni (Fundação Renova), Gustavo Nascimento (SEAPA/MG), Jaciel Vieira (Sindipesca/ES), Janine Cabral (Fundação Renova), Jefferson Ferreira (Flacso), Jéssica Zopelari (Advogada e Comissão Atingidos Aimorés), José Rocha (Cáritas Itabira/MG), Julia Veloso (CAT/ATI), Juliano Alves (Fundação Renova), Júlio Gomes (Fundação Renova), Karina Leao (Cáritas Itabira/MG), Lanla Soares (Comissão Atingidos Gov. Valadares/MG), Liberina Gomes (Sindipesca/ES), Luan Costa, Lucas Neves da Paz Lima (Advogado), Ludimila Oliveira (Fundação Renova), Marcos Ferreira (AEDAS), Mirna Lúcia de Almeida Corrêa (Consultora PG07), Nilian Farias (Fundação Renova), Paula Vieira (Fundação Renova), Rafael Carneiro da Silva Matos (Fundação Renova), Rafael Santos, Renato da Silva Cardoso (MPA/colaborador convidado), Roberto (Assentamento Primeiro de Junho – Tumiritinga/MG), Rodolfo Zulske (Colônia Z-19), Ronaldo Felício Moyses Filho (Fundação Renova), Simone Nunes (São José de Goiabal), Sônia Custódio (Comissão Atingidos de Tumiritinga/MG), Tais Teodoro (Cáritas Gov Valadares/MG), Tamyris Cardoso (SEPLAG/MG, Comitê Gestor Pro Rio Doce, Thays Coutinho (EY), Thiago Paiva (Flacso), Valeriana Gomes (Comissão Atingidos Naque/MG), Vanessa Cruz (Comissão Atingidos Naque/MG), Wellington de Almeida (ATI ASPERQD), William Sarayed (Fundação Renova).

Dos participantes virtuais: Antonio Carlos (comissão atingidos Aimorés/MG), Benilde, ACássia (ATI Itabira/MG), Dalila Pereira Rodrigues (Fundação Renova), Drayton Alvarenga (Fundação Renova); Cláudia Fardim (SETADES/ES); Edna dos Reiz, Fernanda Amelia Souza; Fiama, Gabriela queiroz, Geovanna Laura Januario (AEDAS), Giselle Da Silva (Fundação Renova), Glaziane Aparecida Silva (Fundação Renova), Isabel (CAT/ATI), Jonathas De Melo (Fundação Renova), Joyce (CAT/ATI Território 5), Junia Zulske (Colônia Pescadores Gov. Valadares/MG), Kéliz Vieira, Laurent Rivet (Fundação Renova), Lidiany Gomes (Ouvidoria Geral da Reparação), Lorenza (ATI), Lúcia Maria de Oliveira, Marilucia Gonçalves, Marilene Fabri Lima (SEDESE/MG), Meire Mniamá Puri, Richardeny Lemke, Rômulo Bonnes, Thiago Lopes.

1. Abertura da 66ª Reunião Ordinária da CT- OS

Pauta	Discussão
1.1 Apresentação dos/as presentes, exposição sobre a dinâmica da reunião.	A senhora Juliane de Araújo Barroso, representante da SETADES/ES e coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CT-OS, iniciou a reunião dando boas-vindas, agradecendo a participação de todos. Informou que a reunião é pública sendo gravada e mencionou a retomada das atividades da CT-OS, sob a coordenação do Dr. Luís Henrique, representante da Defensoria Pública da União. Mencionou que com a saída do coordenador anterior, assumiu a coordenação e nos dias 04 e 05 de junho de 2024, em Vitória/ES, foi realizada reunião restrita com os membros. O sr. Roberto, participante atingido, realizou uma apresentação de abertura.
1.2 Informes gerais: Documentos enviados & recebidos Leitura da pauta	Juliane de Araújo Barroso apresentou as orientações gerais para reunião. Mencionou sobre o retorno da CT-OS, a recomposição dos membros da Câmara Técnica (CT), e com a reorganização se leva um tempo para entender todo o sistema CIF. A programação da reunião está dividida da seguinte forma: no período da manhã com o Programa de Levantamento e de cadastro dos atingidos/as (PG01), no período da tarde será realizada uma inversão de pauta, iniciando com o Programa de Ressarcimento e de Indenização dos atingidos/as - PIM (PG02) e o Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos Atingidos/as - AFE (PG21), em seguida o Programa de Assistência aos Animais (PG07). A reunião do dia 11/07/2024 teremos o Programa de Proteção Social (PG07). Destacou que as questões tratadas na reunião serão no âmbito coletivo e sobre o Sistema CIF, a importância das Câmaras Técnicas e o trabalho técnico dos membros. O trabalho desenvolvido pela CT-OS é apreciar as demandas, utilizando o conhecimento técnico na elaboração de Notas Técnicas para subsidiar o CIF nas deliberações. Informou que o sistema CIF está na fase de revisão dos Programas. Reiterou o acolhimento quanto a angústia, a revolta, a desesperança dos atingidos e atingidas, mas a Câmara Técnica tentará transformar a desesperança em proposta. Informou que a Fundação Renova apresentará os cinco Programas durante a reunião, após apresentação será passada a palavra aos membros à mesa. A fala dos atingidos/as será realizada no tempo de até quatro minutos, referente ao Programa que está sendo apresentado. As demais propostas podem ser encaminhadas por e-mail para apreciação da CT-OS. A CT-OS está organizada com 03 Grupos de Trabalho (GT): GT-Cadastro, PIM e AFE (PG 01, 02 e 21); GT-PPS (PG05) e GT-PAA (PG07).
1.3 Aprovação da ATA	Juliane de Araújo Barroso levou à aprovação dos membros da Câmara Técnica a Ata da 65ª Reunião Ordinária da CT-OS, sendo dispensada a leitura da Ata.
Aprovação	A ata da 65ª Reunião Ordinária da CT-OS foi aprovada por unanimidade.
Encaminhamento E66.01	A CT-OS encaminhará à SECEX-CIF a ata da 65ª O da CT-OS para publicação.

2. Painel sobre os Programas

Pauta	Discussão
2.1. Exposição Fundação Renova Programa de Levantamento e Cadastro (PG 01)	Felipe Bruschi Giorni, Fundação Renova, apresentou o Programa de Levantamento e Cadastro (PG01) referente as cláusulas 19 a 30 do TTAC, que abrange todos os municípios do TTAC e da Deliberação nº 58/2017, utilizando recursos reparatórios. Esclareceu que há cláusulas de requisitos de funcionamento e cláusulas informativas. Expôs a linha do tempo sobre as fases do Cadastro sob a ótica de solicitações de cadastro, no período de 2015 à 2023. Entre novembro de 2015 à maio de 2016 foi realizado o cadastro emergencial. Entre agosto de 2016 à agosto de 2018 foi realizada a fase 1 - Cadastro Integrado. Entre dezembro de 2018 à dezembro de 2021 a Fase 2 referente a Manutenção do Cadastro Integrado: Em outubro de 2021 teve a

decisão Judicial Eixo 7, com o prazo de cadastramento e revisão cadastral. Entre janeiro de 2022 à dezembro de 2023, a Fase 2 com o Cadastro Judicial. Pontuou sobre o macro fluxo do processo de cadastro (fase 2), contendo a mobilização, tratativa de cadastro indexação, agendamento do cadastro e vistoria, cadastro presencial, vistoria e laudo, formulário, portfólio eletrônico. Apresentou dados sobre o quantitativo de cadastros sendo: 202.406 solicitantes; 25.397 descartados (código pessoa duplicado e cadastro Mariana). Na Fase 1 foram 32.511, sendo: 29.535 cadastros, 2.864 tratativas, nenhum não iniciado e 112 descartado. Na Fase 2 foram 144.498, sendo: 68.021 cadastros, 357 tratativas, 17 não iniciados e 103 descartados.

Registra-se que a referida apresentação encontra-se disponível para consulta, em arquivo documental.

Juliane de Araújo Barroso passou a palavra aos membros para realizarem as considerações. Renato Cardoso pediu que a Fundação Renova esclarecesse para os novos membros sobre o cadastro emergencial e como se relaciona com a Fase 1 e Fase 2. Perguntou sobre o RMM e o quantitativo de dados, citando como exemplo a tabela 3: distribuição de propriedades, famílias e pessoas, além do quantitativo referente a Tratativa. Quanto ao GT foi elencando as seguintes considerações: o cancelamento de cadastro sem a devida anuência dos/as atingidos/as; procedimento de 3 ligações telefônicas para confirmação que pressupõe a reprovação; questão dos dependentes, sobretudo da FASE 1; as eventuais negativas dada aos municípios da Deliberação 58 em razão de estar “fora da área de abrangência”; disponibilizar à CT-OS a matriz de documentos para elaboração do cadastro. Joéci Miranda fez considerações sobre o descartados, citando que na ligação via canal 0800, não é informado sobre o núcleo familiar, em que o representante da família com um único CPF seria o titular do cadastro, excluindo os demais membros familiares que são maiores de idade. Mirna Corrêa, colaboradora convidada, perguntou que mesmo com o cadastro judicializado, no período de novembro de 2022 à junho de 2024, se há alguma informação nova sobre o cadastro.

Felipe Giorni, fundação Renova, informou que o cadastro emergencial tem relação com a Fase 1. Quanto a metodologia, há diferenças nas Fases 1 e 2 do cadastro, com adaptação dessas metodologias. Inicialmentem todas as pessoas compareceram de forma presencial. Na Fase 1, uma pessoa poderia falar por todos do núcleo familiar, relatando os seus danos, sem o prejuízo de comparecerem e realizarem seus relatos. Na Fase 2, a metodologia foi revisada, com a obrigatoriedade do comparecimento de todos os membros da família, dando assim oportunidade de que declarasse individualmente seus danos. Os que não puderam comparecer receberam uma tratativa, uma vez que não participaram da entrevista. Foram realizados plantões no território, em locais públicos, de fácil monitoramento. Para as pessoas com problemas de mobilidade, quando comunicado a Fundação Renova dessa dificuldade de locomoção, eram realizados agendamento em domicílio. O processo de revisão de cadastro seguiu na Fase 1, com a temporalidade de 10 dias, acordados com os órgãos. Na fase 2, por ordem judicial, entrou um novo processo com a presença de uma perita e o prazo de 90 dias. Atualmente, o processo de revisão do cadastro pode levar até até 09 meses para ter o cadastro realizado. Com relação ao RMM, a Fundação Renova relatou que o quantitativo de 224 mil para 202 mil, não é um erro, mas sim unidades diferentes de medidas. Informou que são 202 mil solicitações que foram realizadas efetivamente, e quando levadas para o momento do cadastro, se reflete em mais pessoas. Considerando o número de pessoas são 224 mil, já considerando o número de solicitações são 202 mil. Sobre Mariana, no descartado de partida está em um escopo separado. Em relação a composição familiar, na Fase 2, quando do comparecimento presencial obrigatório, só foi possível identificar essa composição no momento da pesquisa socioeconômica. Sobre o cancelamento do cadastro sem anuência necessita de um melhor entendimento e informações, a principio, não há tal situação. Os contatos telefônicos são todos evidenciados, de mesma forma qualquer uma tratativa ou motivos que justificariam uma tratativa. Quando sentenciado a fase 2 do cadastro, com o prazo de limite de solicitações até dezembro de 2021, as novas áreas seguiram normalmente com essas solicitações. Percebe-se

com os números registrados, que os 4 municípios de novas áreas tiveram um crescimento considerável de cerca de “1000%” a mais que os demais territórios, demonstrando o atendimento realizado pelo cadastro, não havendo nenhuma tratativa pela deliberação 58/2017. Sobre a matriz de documentos, perguntou se seria a relação que se pede a identificação, com endereço primário e secundário. Ratificou que não se caracteriza descartados as pessoas que foram nas entrevistas e eram dependentes de um titular. Os descartes são solicitações em duplicidade. Nas fases são os descartes em que não se conseguiu contato com as pessoas. Na fase 1 não houve descarte por ser dependente. Na fase 2 houve a questão do não comparecimento, o cadastro não pode ter continuidade. Jóeci Miranda, Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, informou que os atingidos na fase 2, ao comparecerem presencialmente, tiveram o cadastro negado, pois já teriam participado do CPF da fase anterior vinculado ao núcleo familiar do titular, mesmo não sendo mais dependente, por ser maior de idade. Felipe Giorni, Fundação Renova, esclareceu que pelo exemplo apresentado pela Jóeci não seria descarte, uma vez que já havia se cadastrado. Juliane Barroso, coordenadora da CT-OS, pontuou que a questão do desmembramento familiar é um ponto de atenção. Felipe Giorni informou que sobre novas informações, o PG 01 seguiu com normalmente com os tratamentos e solicitações de cadastros realizados até dezembro de 2021. Daniely Cristina de Souza Alves, Prefeitura Municipal de Mariana/MG, reforçou sobre o cadastro que, inicialmente, apenas um CPF representando o núcleo familiar. No segundo momento as pessoas maiores de idade, que faziam parte desse núcleo familiar, os CPF foram negados, assim, essas pessoas continuam impactadas e não sendo atendidas, pois ficaram vinculadas no primeiro momento a um único CPF. Thays Coutinho, EY, pontuou que o acompanhamento é realizado por meio de ciclos de auditoria do programa. Sobre o descartado é realizado uma verificação comparativa das solicitações registrados no SGS com a base do cadastro, e solicita a Fundação Renova as evidências. Informou que não há o escopo aprovado do PG01, sendo importante a inclusão dos fluxos. A auditoria segue como premissa o TTAC, as Notas Técnicas e o que está sendo executado.

Registro o momento de fala dos atingidos, com o tempo de 04 minutos, de modo presencial: Enéas Ferreira, Conceição da Barra/ES, pontuou sobre as questões discutidas do cadastro em que um titular representava a todos da família, sendo que alguns ficaram de fora. Mencionou sobre a forma de trabalho da Synergia quanto ao cadastro, em que a pergunta realizada pela Synergia era em qual rio a pessoa pescava. Não deveriam utilizar dos mesmos critérios em regiões como Governador Valadares e São Mateus. O cadastramento dos atingidos de Conceição da Barra na fase 1 não foi adequado, dificultando o acesso dos cadastrados ao sistema Novel. Relatou que o poder judiciário tem utilizado o PIM como referência e considerou que esse programa foi injusto com os atingidos. Valeriana Gomes, Naque/MG, agradeceu a Dra. Carolina da DPMG e Dr. Felipe do MPF, mencionando sobre o abaixo assinado com mais de 20 mil assinaturas. Pontuou que o cadastro foi mal realizado desde o início. Considerou que não é justo apenas um membro da família responder por todos da família. Mencionou sobre as dificuldades que as pessoas estão passando e que muitas pessoas até hoje não conseguiram concluir seus cadastros e o canal 0800 nunca funcionou. Pediu que Mirna Corrêa continue na CT-OS. Juliane Barroso informou que Mirna continua na CT-OS e que não houve nenhum movimento de afastamento. Mirna Corrêa agradeceu a todos os atingidos. Roberto, Tumiritinga/MG, mencionou sobre o trabalho realizado pela Synergia em que os atingidos se sentiram pressionados e não consideraram as mulheres, colocando-as como do lar, além da dificuldade da comprovação de documentos. Após o rompimento da barragem muitas pessoas adoeceram. Não concordou com o posicionamento da Fundação Renova e mencionou sobre a questão das ligações telefônicas em que muitos trabalhadores rurais não possuem telefone ou até mesmo não sabem utilizar. Relatou sobre a pressão dos advogados para com os atingidos nos territórios. Atingidos por videoconferência: Marilucia Gonçalves, Galileia/MG, relatou seu caso pessoal sobre o cadastro. Mencionou que após o rompimento da barragem as enchentes inundam em volta de sua residência e solicitou que a Fundação Renova verificasse o cadastro

	<p>das pessoas que não foram aceitas e o seu caso. Mencionou que faz ligações para o 0800, porém ninguém atende as ligações. Junia Zulske, Clônia Z19, solicitou uma resposta da Fundação Renova sobre o portal do usuário, por ter sido alterado de pescador regional região continental para pescador informal artesanal de fato. Acrescentou que nos informes do rendimento estava como atividade de pesca e foi alterado para pescadores e areeiros. Informou que foi encaminhado ofício para Fundação Renova em que corrigiram alguns, porém outros não foram corrigidos. Solicitou que a Fundação Renova informe a data que será realizada a correção. Meire Mniamá Puri, Aimorés e Resplendor/MG, perguntou sobre a questão do indígena que é forçado a dizer que não é indígena, mas sim pescador(a). Pontuou sobre a ancestralidade e o sobre o direito ao cadastro, em que a Fundação Renova alega que não são atingidos, não reconhecendo a ancestralidade. Pontuou sobre a preocupação com a saúde e com a água que não está boa para consumo, bem como a pesca do rio. Perguntou sobre a negação dos direitos do cadastro dos atingidos e dos indígenas. Juliane Barroso informou que será dialogado com a CT-IPCT. Rômulo Bonnes, Barra Longa/MG, relatou sobre a invisibilidade dos atingidos no processo de reparação e sobre os erros existentes no cadastro, que não cadastrou a comunidade como comunidade tradicional, a qual já é reconhecida pela prefeitura como tal. Mencionou sobre as questões de saúde, sobre a Copasa e a falta de água. Participação presencial: Lanla Soares, Gov. Valadares/MG, pontuou sobre a comprovação da Fase 1 o cadastro da Synergia que encontrou no endereço a família toda, servindo para receber R\$ 1.000,00 referente à água, mas não serviu para nenhum outro pedido. Solicitou que a Fundação Renova respondesse a pergunta realizada pela Mirna e complementou que informasse se há algum plano ou projeto em relação ao cadastro no geral. Elaine Silva, Tumiritinga e Galileia, pontuou sobre a negligência quanto ao cadastro, em que tiveram pessoas que não moravam na localidade e receberam e muitos que moram não receberam. Mencionou que falaram que o direito de cadastro era apenas para pescadores, assim, muitas pessoas acharam que não tinham o direito de realizar o cadastro. Os danos que foram inseridos no cadastros, muitas pessoas não puderam acessar outros programas, como irrigação, caixa de água, cercamento e outros. Entregou uma Nota Técnica elaborada pela Assessoria Técnica dos Atingidos do Território 5 – Tumiritinga e Galileia/MG, que demonstram diversos erros do programa de cadastro. Sônia Custódio, Tumiritinga e Galileia, relatou sua situação pessoal sobre o cadastro, em que na sua composição familiar ela foi cadastrada e os demais de sua família não puderam realizar o cadastro de forma individual, sendo realizado o cadastro único. Informou que a Synergia não faz contato por ligação telefônica e mandam mensagem informando que estavam ligando e não estavam atendendo, porém não fizeram contato telefônico. Juliane Barroso informou que a ouvidoria da Fundação Renova está presente na reunião.</p>
<p>Encaminhamento E66.02</p>	<p>A CT-OS encaminhará à Fundação Renova algumas inconsistências relacionadas a Fase 1 do cadastro</p>
<p>Encaminhamento E66.03</p>	<p>A CT-OS remeterá à CT-IPCT, quanto ao reconhecimento do povo Puri de Aymorés, que reivindica reconhecimento enquanto pescadores, atingidos e o reconhecimento do povo Puri.</p>
<p>2.3 Exposição Fundação Renova Programa de Indenização Mediada (PG 02) e Programa de Auxílio Financeiro</p>	<p>Juliane Barroso sugeriu uma inversão de pauta, que foi aceita. Ronaldo Moyses, Fundação Renova, mencionou que durante o tempo de paralisação da CT-OS, a Fundação Renova continuou com as atividades e que será dada um pouco mais de clareza sobre o contexto e histórico, sobre os dois Programas. Citou o processo de revisão dos programas, oportunidade para as correções nos programas que já possuem o escopo definido e, para os programas que não têm escopo definido, nem aprovado, que é o caso do PIM e do AFE. Contextualizou sobre o Programa de Indenização Mediada previsto nas Cláusulas 31 a 38 do TTAC e que foi iniciado em março de 2016. É um programa de adesão facultativa, que visa a compensação financeira das pessoas que conseguem efetivamente comprovar seus danos que tiveram impacto direto</p>

**Emergencial (PG
21)**

do rompimento da barragem de Fundão. Mencionou sobre a evolução do sistema CIF, com a qualificação dos documentos e dos posicionamentos. Relatou que houve a entrada das Assistências Técnicas (ATI's) nos territórios ao longo do tempo, que ajudou a instrumentalizar e a dar mais voz às pessoas atingidas. Pontuou sobre a Nota Técnica CT-OS nº 8, que avaliou o protocolo de elegibilidade e a matriz de danos produzida pela Fundação Renova como uma primeira proposta para iniciar o programa de indenização. A Nota Técnica foi submetida ao CIF, aprovada pela Deliberação nº 34/2016. No início de 2017, são evidenciadas as primeiras indenizações desse programa, com base na Deliberação 34. A indenização é composta por 3 elementos, o dano moral, o dano material e o Lucro cessante. A valoração é realizada por meio da matriz de danos e com a utilização do Cadastro. O primeiro PIM é chamado PIM Dano Água (PIM DA), que indenizou as pessoas que tiveram interrupção no abastecimento superior a 24 horas, e contabilizou o pagamento de mais de 320 Milhões de reais, sendo que já está finalizado. O segundo viés desse primeiro momento foi o PIM Dano Geral (PIM DG) que vigora até os dias de hoje, ressarcindo pessoas físicas e jurídicas, sendo nesse último caso, apenas pequenos e médios, micro e pequenos negócios, que comprovaram perdas referentes às suas atividades econômicas em razão do rompimento. Informou que essa frente pagou mais de 1.7 bilhões de reais para um total de 13 mil pessoas. Pontuou que em 2018 teve outra modalidade indenizatória que foi a Ação Civil Pública, intitulada ACP de Mariana. Acordo estabelecido com o Ministério público Estadual, o Juiz de Mariana, as empresas e a Fundação Renova, iniciando o atendimento do PIM Mariana, com a obrigatoriedade de participação, na época, da ATI Cáritas, que produzia laudos para os atingidos que reivindicaram as suas indenizações. Mariana sempre teve questões muito específicas e distintas do restante dos territórios, e até o presente momento foram pagos 365 Milhões de reais para mais de 860 famílias indenizadas. Em 2020, por decisão judicial iniciou um novo sistema indenizatório chamado NOVEL, com início nos municípios de Baixo Guandu e Naque. O escopo, as regras, os modelos de elegibilidade, a documentação, o tempo e os prazos das categorias foram definidos pela justiça. Até o momento o NOVEL pagou 12 bilhões de reais em indenizações em todo o território, alcançando em torno de 110 mil pessoas indenizadas. O conjunto do sistema indenizatório pagaram em torno de 14 bilhões de reais, para mais de 400 mil pessoas em indenizações, referentes aos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Mencionou sobre a responsabilidade dos administradores e da Fundação Renova na condução do processo indenizatório. Esclareceu que o ingresso no NOVEL está encerrado, mas aguardam as conclusões dos casos remanescentes e de questões recursais. O PIM Mariana segue tratando os requerimentos que já estão disponíveis. O PIM DA está encerrado, restando poucas ações judiciais que envolvem menores de idade, e o PIM DG segue com o tratamento dos públicos remanescentes ainda dentro desse escopo. Recordou que em 2017, foi apresentada uma proposta de escopo do PG02, não avançando nas discussões da proposta. Na última reunião da CT-OS com a participação da Fundação Getúlio Vargas, que na época atuava como expert do Ministério Público, foi discutido sobre o escopo do programa. Sobre o Programa de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) - PG21, previsto nas Cláusulas 137 a 140 do TTAC, voltado para pessoas que tiveram um comprometimento de renda, em razão da interrupção comprovada das suas atividades produtivas ou econômicas, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Para o recebimento do AFE é necessário o cadastramento junto à Fundação Renova e a verificação de dependência financeira dessa atividade produtiva ou econômica. O AFE é composto por um salário mínimo, acrescido de 20% por dependentes elegíveis, e acrescido do valor equivalente a uma cesta básica, conforme o cálculo do DIEESE. O prazo de validade do Programa é de 05 anos, podendo ser prorrogado por períodos adicionais de 01 ano, em que o pagamento não possa exceder o prazo máximo de 10 anos. Informou que os primeiros auxílios financeiros foram concedidos pela Samarco num período emergencial, antes da assinatura do TTAC e da existência da Fundação Renova, que totalizaram cerca de 8 mil auxílios financeiros. Com o regramento do TTAC e o início da Fundação Renova, desde 2017 foram destinados cerca de 2 bilhões e 800 milhões de reais em pagamentos de auxílios financeiros, em todas as

localidades de abrangência, assistindo mais de 31 mil pessoas, entre titulares e dependentes. Hoje, cerca de 14 mil titulares que recebem esse auxílio financeiro no território, em razão dos dependentes que estão ali cadastrados, alcançando mais de 31mil pessoas assistidas. Cerca de 53% desses auxílios são destinados a pessoas que residem no estado de Minas Gerais e 47% destinado a pessoas que residem no estado Espírito Santo. Mencionou as Notas Técnicas da CT-OS de nº 25, nº 39 e nº 42 como relevantes sobre o AFE. Em 2017, a Fundação Renova submeteu a CT-OS uma proposta de escopo do PG21, com a elaboração da NT CT-OS nº 25, que subsidiou a deliberação CIF nº 210. Foram realizadas novas análises por meio da NT CT-OS nº39, e posteriormente com a NT CT-OS nº 40, que subsidiou a deliberação CIF nº 420, que definiu o escopo do AFE, em que a Fundação Renova discordou de alguns pontos da deliberação. Recentemente a deliberação 420 foi suspensa por determinação judicial do TRF, em que o desembargador trouxe em sua decisão a importância de existir um cadastro, a comprovação do comprometimento de renda e a aderência estrita ao TTAC. Reforçou que o momento atual de revisão dos Programas é oportuno para avanços e endereçamentos dos pontos de dissenso.

Juliane Barroso solicitou que a Fundação Renova para as próximas apresentações realize de forma visual para que seja mais didático o acompanhamento dos participantes. Mencionou que na reunião preparatória foi realizada uma sistematização das questões relacionadas ao programa e os membros foram surpreendidos pela recente decisão judicial, mas que a CT-OS já está debruçada no levantamento das informações, visando um posicionamento da Câmara. Renato Cardoso pontuou sobre o RMM, quanto as três campanhas do PIM, que verificando o RDG tratado e se compara com os pagamentos realizados, embora há um crescimento em termos quantitativos, o percentual ainda está baixo. Perguntou sobre os números da campanha 1, como se chegou ao quantitativo 10.363. De mesmo modo as campanhas 2 e 3. Observou outra questão do RMM, em que na árvore de status, quanto a análise para ingressos que aguardam definição de política, citou exemplo, pescador de fato em que nem todos elegíveis receberam. Solicitou que a EY se manifeste referente ao PIM. Relatou sobre o levantamento realizado pelo GT, sendo eles: disponibilizar a CT OS a matriz de danos e documentos necessária para fins de habilitação ao PIM; Os valores são distintos e insuficientes; Dependentes que não foram contemplados; Sobre acesso ao PIM daqueles/as que receberam NOVEL; Pagamento devido do lucro cessante aos pescadores; Suspensão do PIM sem esclarecimento devido ao atingido; Cumprimento da recente decisão judicial 15/05/2024 - Execução do PIM del. 58, pagamento de lucro cessante, PIM retroativo de quem teve cortado, lucro cessante retroativo, lucro cessante de pescador a partir de novembro 2021, PIM para quem recebeu NOVEL, procedimento e o tempo previsto para realização do inventário e retorno aos atingidos/as. Joeci Miranda pontuou a situação em que o titular tenha falecido, em que o auxílio para os dependentes nesse caso será cortado. Mencionou sobre situação de inventário quando do falecimento do titular antes do recebimento da indenização, e perguntou qual é o processo para os herdeiros. Relatou sobre o contato telefônico de três ligações e quando não atendidas, a pessoa está sendo automaticamente desligada do sistema. Sugeriu outros meios de contato e que o número telefônico seja fixo para que o atingido possa retornar a ligação. Mencionou sobre as últimas decisões, em especial a decisão do dia 15 de maio de 2024. Quanto a decisão judicial do prazo de 90 dias, de que forma a Renova irá levar as informações até o território. Sugeriu a reabertura do cadastro, principalmente, da Fase 1. Mirna Corrêa perguntou se o escopo do PG02 não foi aprovado e sugeriu que a Ouvidoria tome nota das principais reclamações dos atingidos/as, sendo a principal delas a falta de informação e de retorno da Fundação Renova. Juliane Barroso citou a importância do diálogo e que o programa se encontra na CT-PDCS. Viviane Gonçalves Moreira fez referência ao PIM Água, com o qual Barra Longa não foi contemplado, sendo que o município ficou 07 (sete) dias sem água. Tamyris de Oliveira perguntou como a Renova está tratando sobre a revisão dos programas, se nesse momento pode ser sanado as situações do contato telefônico e sobre a Deliberação 420. Wellington de Almeida, ATI ASPERQD, perguntou qual será a política da Renova em relação a

decisão judicial que foi disponibilizada ontem, para quem deu a quitação via Novel, se continuará recebendo o AFE ou se será cortado.

Janine Cabral pontuou que o entendimento é de que na revisão dos programas seja tratado de todos os pontos. Será encaminhada para SECEX/CIF uma remessa com as primeiras versões para serem distribuídas para as Câmaras Técnicas específicas, no tratamento dos 42 programas.

Ronaldo Moyses esclareceu que sobre o RMM do PIM e do AFE foi uma construção de 05 anos, podendo o documento ser reestruturado com sugestões da CT. Pontuou que RDG está se falando de núcleo familiar, e outros números são números de pessoas, ocorrendo essa diferença. Sobre a redução percentual de pagamentos a partir da campanha 1 até a campanha 3, percebe-se que o tratamento da campanha 1, que foi mais próximo do rompimento, teve uma comprovação documental de indenização mais alta que a campanha 3, encerrada em dezembro de 2019, em que o recorte da campanha 3 teve um volume menor de indenizações que foram de 17%. A árvore de status é da lógica da operação da campanha 1, 2 e 3, havendo status como aguardando políticas, que atualmente não faz sentido ter esse tipo de recorte. O formato de apresentação pode ser revisto. Do Projeto Pescador de Fato pode ser apresentado status mais atualizado, em que foi executado o projeto piloto em 3 localidades, com metodologia de identificação, cartografias social, de entrevista e de validação, não tendo ao final uma elegibilidade alta. O que mudou no projeto foi a categoria que de pescadores de fato foram reconhecidas pelo MAPA como pescadores profissionais. O volume de atualização é consideravelmente pequeno e pode ser atualizado periodicamente. Mencionou que no RMM não há um campo específico sobre o Pescador de Fato, mas a informação pode ser trazida com clareza. Juliane Barroso orientou a todos para que evitem a questão de gravações pontuais e particulares da reunião que possa resultar em desinformação e ruídos de comunicação, uma vez que a reunião está sendo gravada de forma oficial e transmitida pelo Youtube, primando pelo zelo, pela transparência e pela boa convivência.

Ronaldo Moyses informou que a matriz de danos está disponível no site da Fundação Renova e com relação aos valores insuficientes, relatou que as indenizações pagas pelo programas estão diretamente ligadas à capacidade de comprovação que as pessoas têm, conforme definido pelo TTAC. Pontuou que não é uma média linear quanto a indenização das 130 mil pessoas. Sobre os dependentes, que não foram contemplados nas indenizações, mencionou que muitas indenizações do PIM são para o núcleo familiar, e os termos de quitação dessas indenizações eram assinados por toda a família. Ronaldo informou que as políticas indenizatórias do PIM seguem ativas para as pessoas que não receberam o Novel, E que o PIM não foi suspenso. Quanto as questões de inventário, herdeiros e sucessão, mencionou que podem ser poucos casos e específicos, e a análise deve ser caso a caso. Processos que envolvem inventário são mais complexos por natureza, demandam outras ações, assinatura dos inventariantes e dos demais herdeiros. Os canais de relacionamento estão abertos para recepcionar esses casos. Sobre o acesso do AFE para as pessoas que já receberam o NOVEL, esclareceu que o recebimento de indenização pelo sistema NOVEL não gera ilegitimidade automática para o auxílio financeiro. Esclareceu que para os pescadores da Fase 1, que não foram indenizados, o RGP nunca foi um documento obrigatório para que a pessoa seja indenizada. Há uma política indenizatória para pescadores profissionais com RGP, e existe no PIM e no NOVEL uma política indenizatória para pescadores sem RGP. No NOVEL há desde a pesca de subsistência ao Pescador informal. Havendo casos dessa natureza que façam contatos com os canais da Fundação Renova. Wellington de Almeida fez leitura do trecho da decisão judicial, do agravo de instrumento interposto pela Renova no eixo 7. Reafirmou a pergunta qual será posicionamento da Fundação Renova, considerando o efeito suspensivo dado nessa decisão. Quem deu quitação do Novel continuará recebendo o AFE ou será cortado o benefício? Ronaldo Moyses informou que a Fundação Renova tomou conhecimento da decisão o no dia anterior, estão analisando mas ainda sem definição das medidas a serem tomadas. Mencionou que o escopo do PG02, foi apresentado à CT-OS que ainda não deu devolutiva sobre a

proposta. Mencionou que a deliberação CIF nº 210/2017 aprovou o AFE com ressalvas. Subsequente foi a Deliberação CIF nº 420, que está suspensa. Sobre o PIM DA em Barra Longa/MG, a Fundação Renova seguiu a Deliberação CIF nº 29/2016, que tem como regra as 24 horas ininterruptas de desabastecimento, não sendo contemplada no PIM DA, nem no NOVEL. O que motivou a Fundação Renova não incluir Barra Longa foi um ofício de 2017 da COPASA, informando que o tempo que Barra Longa teve esse desabastecimento foi um tempo inferior a 24 horas. Com relação a Deliberação CIF 58/2027 está sendo tratada pelo CIF por meio da Deliberação CIF 786/2024, que já definiu os prazos e o formato de condução das informações que têm que ser prestadas pela Fundação Renova. Carolina Berg informou que a EY concluiu o terceiro ciclo de acompanhamento do PG02, e foram emitidos dois relatórios, sendo um do PIM DA e o outro do PIM DG. Foram verificados os procedimentos relacionados à base de dados, à verificação do atendimento do prazo da cláusula 38 do TTAC, sobre o prazo de pagamento e de outras Deliberações do CIF.

Registro o momento de fala dos atingidos presencialmente: Creuza Maria, comissão Território 2, mencionou sobre o assédio de advogados junto aos atingidos/as no território, que alegam que é necessário o advogado para ingressar no AFE e questionou a demora da análise da Renova sobre o AFE, com mais de um ano sem resposta. Sobre o cadastro informou que o território do Rio Casca e adjacências, e principalmente o território de Cordeiro de Minas no município de Caratinga/MG ficaram prejudicados pela falta de informação deixando muitos atingidos/as sem o cadastro. Relatou sobre as três tentativas de contato telefônico da Renova com os atingidos/as que se não atenderem encerram com o cadastro. Liberina Gomes, Sindipesca/ES, mencionou sobre a documentação dos pescadores e sobre o Grupo de Trabalho dos Pescadores de Vitória/ES, mencionando a Deliberação CIF nº 767. Jaciel Vieira, Sindipesca/ES, pontuou sobre a questão da carteira SEAP, mas o registro de pescador é mais difícil de ser feito. Argumentou sobre o custeio próprio que realizam para participarem das reuniões e das questões de saúde dos pescadores. Rodolfo Zulske, Governador Valadares, mencionou sobre as questões de falhas no cadastro e nas indenizações dos pescadores, e pontuou sobre o prazo de 10 anos que foi mencionado pela Fundação Renova. Enéas Ferreira, Conceição da Barra, explanou sobre a perda de renda do atingido, sobre o Cadastro, o AFE e sobre a Cláusula 138 do TTAC. Relembrou que no dia 20/04/2020, a Renova fechou todos os escritórios do PIM e mencionou que pescadores não regularizados tiveram direito a auxílio financeiro e a lucro cessante. Citou a Deliberação CIF nº 58 e sobre a desassistência aos pescadores solicitando que o cadastro seja aberto. Valeriana Gomes mencionou que havia no território em Naque o escritório do PIM, porém foi fechado e abriram o NOVEL, não dando opção para as pessoas, sendo obrigadas a aderir ao NOVEL. Citou sobre a repactuação em que não tem a participação dos atingidos, e sobre as decisões judiciais que não consideram os atingidos. Solicitou que a CT-OS envie e-mail com as informações das reuniões para as comissões de Atingidos. Atingidos por videoconferência: Meire Mniamá Puri mencionou sobre a decisão judicial do Desembargador que suspendeu o prazo de 90 dias, e que essa situação deve ser esclarecida. Os indígenas, os puri estão reivindicando o auxílio substancial emergencial. Pontuou a necessidade de regularização do indígena e que necessitam desse direito, e qual é a probabilidade de corte do AFE. Ponderou sobre as pessoas que solicitaram o AFE pelo telefone e receberam o NOVEL. Antônio Carlos, Aimorés/MG, argumentou sobre as questões do cadastro em que o atingido não tem acesso a informação do seu cadastro e sobre a Sinergia. Mencionou sobre o prazo de 30 dias e as respostas são as mesmas da Renova, e o não funcionamento da plataforma SPA. Pontuou sobre a exigência de documentações de difícil comprovação. Fiana mencionou sobre a decisão judicial do Desembargador que derrubou a decisão do juiz que era favorável aos atingidos, e perguntou para Renova sobre essa decisão. Mencionou sobre os assédios dos advogados para que os atingidos assinem procuração para que representem o atingido para receberem o lucro cessante. Benilde pontuou que o AFE não

	é negociável, e a Fundação Renova não pode utilizar do NOVEL para quitar o AFE, sendo um descumprimento do TTAC.
Encaminhamento E66.04	Nas próximas reuniões a Fundação Renova realizará suas apresentações de forma visual, em slides, de forma mais didática para o acompanhamento dos participantes.
Encaminhamento E66.05	A CT-OS subsidiará o CIF quanto a manifestação sobre a decisão Judicial de suspensão da Deliberação 420.
Encaminhamento E66.06	A Fundação Renova disponibilizará para a CT-OS informações e o ofício da COPASA relacionado ao desabastecimento ou não de água em Barra Longa/MG.
Encaminhamento E66.07	A Fundação Renova reverá a forma do RMM e a árvore de status.
Encaminhamento E66.08	A Fundação Renova disponibilizará para a CT-OS a matriz de danos e documentos necessários para fins de habilitação ao PIM
Encaminhamento E66.09	A Fundação Renova atualizará a CT-OS sobre o Projeto Pescador de Fato
Encaminhamento E66.10	A CT-OS organizará a forma que a EY irá apresentar os relatórios de acompanhamento e o Procedimento de Avaliação Individual.
Encaminhamento E66.11	A CT-OS enviará e-mail com as informações das reuniões para as comissões de atingidos;
2.2. Exposição Fundação Renova Programa de Assistência aos Animais (PG07)	<p>Juliane Barroso registrou que foi recebido da ATI Centro Agroecológico Tamundúá CAT - Comissão de Atingidos Território 5 Tumiritinga e Galileia Parecer Técnico nº 04/2024, relacionado ao AFE e Parecer Jurídico 02/2024 PIM.</p> <p>Rafael Carneiro, Fundação Renova, apresentou o Programa de Assistência aos Animais – PG07, e informou que o objetivo geral do programa é dar assistência aos animais extraviados e desalojados, incluindo os animais domésticos, tais como cães e gatos, sendo voltado especificamente para Mariana/MG e Barra Long/MG. Citou as Cláusulas 73 e 75 do TTAC e as Deliberações do CIF 226/2018 (1ª versão da Definição do Programa), 328/2019 (análises toxicológicas e Ações de Capacitação de Atingidos), 563/2021 (2ª versão da Definição do Programa) e 663/2022 (Encerramento das alíneas “a”, “b” e “e” da Cláusula 74 do TTAC). Acrescentou que no escopo está previsto a Guarda Provisória de Animais, o Atendimento Veterinário e Interfaces com outras áreas e o Programa está dividido em 03 projetos: Ações Emergenciais (PF01), Assistência aos Animais (PF02) e Reassentamento e destinação final de animais (PF03). O programa tem uma interdependência de entregas com o PG08 e PG17, relacionados com os indicadores do PG07. A Fundação Renova tem a guarda provisória de 472 Bovinos, 63 Equídeos, 15 Suínos, 16 Cães. Foram realizados 1.515 registros de prontuários de atendimentos internos, sendo 164 adoções, 520 restituições, 222 óbitos, 13 extravios, 30 registros de dados insuficientes de destinação e 566 animais sob a guarda temporária da Fundação Renova. No âmbito de atendimentos externos do programa, foram registrados 2.087 prontuários médicos para animais atendidos nas propriedades de origem ou em situação de moradia temporária. Foram realizados 8 cursos de bovinocultura, sem nenhuma participação efetiva; 3 cursos de equinos com 6 participantes; 1 curso de apicultura com 1 participante (Deliberação 328/2019). A programação para o programa está prevista : Deliberações 226/2018 e 563/2021 - na retomada das atividades de monitoramento semestral do Programa; Deliberação 328/2019, item 1 - em processo concorrencial para realização das análises de contaminantes em animais produtivos; Deliberação 328/2019, item 3 - análise de resultados do projeto de capacitação, e alinhamento de encaminhamentos aplicáveis; Deliberação</p>

	<p>563/2021, Itens 2, 3 e 4 - resolução de dissenso quanto ao diagnóstico de serviço veterinário local.</p> <p>Registra-se que a referida apresentação encontra-se disponível para consulta, em arquivo documental.</p> <p>Gustavo Nascimento, representante da SEAPA/MG, pontuou que as informações são importantes para retomada do monitoramento do programa in loco e discussões sobre o reassentamento. Mencionou que no dia anterior foi realizada uma reunião interna do Grupo de Monitoramento (GM) para definição do cronograma de monitoramento. Carlos Roberto de Castro, MAPA, se referiu a deliberação 563, e perguntou se há algum andamento do diagnóstico de serviço veterinário local. Mencionou sobre a capacitação sobre produção laticínios e perguntou se houve avanços no processo. Rafael Carneiro informou que foi apresentada uma proposta antes da paralisação da CT-OS, não havendo andamento. Com relação a capacitação para produção de laticínios, relatou que foi uma interface com o Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias (PG17). Gustavo Nascimento salientou sobre a competência do GM quanto ao diagnóstico, necessitando de discussão e alinhamentos. Mirna Corrêa perguntou sobre a composição de equipe da Fundação Renova no PG07 e que nas reuniões tenha a presença da Assistente Social da equipe. Perguntou, ainda quantos beneficiários, quantas casas foram entregues. Rafael Carneiro informou que basicamente a equipe continua a mesma, e o número de beneficiários são 18 em atendimento e 04 em fase de encerramento referentes à guarda de animais que estão na fazenda. Com relação ao número de casas entregues informou que dos 12 imóveis concluídos, há 02 famílias que são de reassentamento coletivos. Mirna Corrêa pediu aos membros do estado de Minas Gerais que uma assistente social acompanhe o monitoramento. Relembrou da solicitação realizada na última Reunião Ordinária da CT-OS referente ao acesso, por amostragem, do áudio e do relatório do contato do arquiteto com o atingido, para posterior diálogo com a CT-INFRA. Rafael Carneiro perguntou se a amostragem pretendia ser dos casos que estão em atendimento ou dos que já foram concluídos e mencionou que desconhece o arquivo em áudio do atendimento. Informou que necessita realizar consulta à gerência para posterior retorno. Janine Cabral ponderou que a solicitação fosse formalizada seguindo o fluxo pela CT-OS. Juliane Barroso mencionou que na Reunião realizada em Vitória/ES ficou estabelecido uma agenda estratégica, com pontos de atenção visando situar os novos membros da CT. Jóeci Miranda questionou sobre em qual espaços serão colocados os animais e da importância dos atingidos participarem das reuniões. Mirna Corrêa informou que na programação do monitoramento está previsto uma reunião com a participação dos atingidos. Lúcia Maria de Oliveira, por videoconferência, mencionou sobre a pauta anterior a respeito do PIM. Pontuou sobre Bento Rodrigues e Paracatú quanto a construção realizada que não levou em consideração a história e cultura dos atingidos. Juliane Barroso pontuou que as informações de calendário da Reunião Ordinária pública será disponibilizada no site do CIF, com a pauta e links para o acesso de todos .</p>
<p>Encaminhamento E66.12</p>	<p>A CT-OS solicitará à Fundação Renova as informações relacionadas ao PG07</p>
<p>Encaminhamento E66.13</p>	<p>A CT-OS fará contato com a CT-INFRA para interface com o PG07</p>

Por fim, às dezessete horas e trinta minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, Juliane de Araújo Barroso finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Aos dias onze do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e nove minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/live/cX26IYC0JU>, e presencialmente, no Hotel Transamérica Lourdes Belo Horizonte, Av. Álvares Cabral, 975 – Bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, teve a continuidade da 66ª

66ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio emergencial – CT-OS/CIF- 10 e 11/07/2024

Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CT-OS/CIF, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Dos participantes, membros, registro: Alessandra Zardo Venturin (SETADES/ES), Daniely Cristina de Souza Alves (Prefeitura Municipal de Mariana/MG), Jefferson de Araújo (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo), Joéci Benedita dos Santos Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Josiane Aparecida dos Passos (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG), Juliane de Araújo Barroso (SETADES/ES e coordenação CT-OS), Karolina Rodrigues Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Mariana/MG), Manoel Rodrigues Afonso (SEDESE/MG Regional Metropolitana), Márcia Carvalho Vieira (SETADES/ES), Marina Alves Botelho (SEDESE/MG Regional Metropolitana), Melissa Costa Alcântara Moraes (Secretaria de Estado da Casa Civil/MG), Milla Pião Moreira (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Rosilene de Fátima Teixeira de Oliveira (SEDESE/MG), Viviane Gonçalves Moreira (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG).

Convidados – Colaboradores – Fundação Renova, ATIs- Flacso: Ana Paula Andrade (Fundação Renova), Bianca Souza (CAT), Carolina Berg (EY), Clarissa Prates (MP-MG), Creuza Maria, Daniela Bertulane (Fundação Renova), Desirée Mourão (Fundação Renova), Elaine Silva (Comissão Atingidos Tumiritinga/MG), Enéas Ferreira (Comissão Atingidos de Conceição da Barra/ES), Fabrício Colen (CAT/ATI), Gustavo Nascimento (SEAPA/MG), Jaciel Vieira, Jaqueline Martins (Comissão Atingidos de Barra Longa/MG), Jerfferson Ferreira (Flacso), Jéssica Zopelori (comissão Atingidos Aimorés), José Rocha (Cáritas Itabira/MG), Julia Veloso (CAT/ATI), Karina Leao (Cáritas Itabira/MG), Lanla Soares (Comissão Atingidos Gov. Valadares/MG), Liberina Gomes (Sindipisca/ES), Luan Costa, Lucas Neves da Paz Lima (OAB-MG), Marcos Ferreira (AEDAS), Mirna Lúcia de Almeida Corrêa (Consultora PG07), Paula Vieira (Fundação Renova), Priscila Ohira (Fundação Renova), Rafael Santos, Renato da Silva Cardoso (MPA/colaborador convidado), Roberto (Assentamento Primeiro de Junho – Tumiritinga/MG), Rodolfo Zulske (Colônia Z-19), Romulo Bonnes, Simone Nunes (São José do Goiabal), Simone Silva (Barra Longa); Sônia Custódio (Comissão Atingidos de Tumiritinga/MG), Tais Teodoro (Cáritas Gov Valadares/MG), Thiago Paiva (Flacso), Wellington de Almeida (ATI ASPERQD),

Dos participantes virtuais: Acássia Cruz (ATI Itabira/MG), Benilde Madeira, Cláudia Fardin (SETADES-ES), Gabriela queiroz, Glaziane Aparecida Silva (Fundação Renova), Isabel (CAT/ATI), Jessica Ricas, Joyce (CAT/ATI Território 5), Kéliz Vieira, Lorenza (ATI Caritas), Lúcia Maria de Oliveira, Luiz Mariano, Marilene Fabri Lima (SEDESE/MG), Pedro Henrique Madeira, Richardeny Lemke, Rafael Hudson, Silvana Luz, Tamyris Cardoso (SEPLAG/MG, Comitê Gestor Pro Rio Doce), Weberson.

3. Painel sobre os Programas

Pauta	Discussão
3.1 Exposição Fundação Renova: Programa de Proteção Social (PG05) – Estado do Espírito Santo	<p>Juliane Barroso discorreu sobre a programação do dia, esclarecendo que, conforme acordado pelos membros, a Fundação Renova fará um repasse por município. Durante a manhã o foco será o Programa de Proteção Social – PPS (PG05) do estado do Espírito Santo com 6 municípios e o próprio governo do estado. No parte da tarde, será discutido o PPS de Minas Gerais, que abrange 35 municípios. Enfatizou que a Fundação Renova envie o Relatório de Monitoramento Mensal (RMM) e as apresentações com antecedência para a reunião. Paula Vieira, Fundação Renova, explicou que o envio do RMM até o dia dez deve-se ao fato que as reuniões da CT-OS ocorriam na segunda quinzena do mês.</p> <p>Priscila Ohira, Fundação Renova, explicou a proposta de realizar um repasse geral do PPS, incluindo os dois estados, e em seguida por município, iniciando a apresentação. Mencinou sobre as Cláusulas 54 a 58 do TTAC, em que a Cláusula 54 é ação do programa e as demais são requisitos. Discorreu sobre o escopo do programa, sendo de cunho reparatório e transversal, em consonância com as políticas públicas de assistência social. Apresentou a linha do tempo</p>

do PPS, em que novembro/2015 com as ações emergenciais; março de 2016 a Instituição do Programa (primeira versão); março de 2017 o 1º encontro com gestores municipais; novembro de 2017 o Mapa de vulnerabilidade e 2º encontro com gestores municipais; dezembro de 2017 a 2ª versão do escopo do Programa; julho de 2018 a NT nº 24 CT-OS sobre escopo com proposta de bases mínimas; agosto de 2018 a Deliberação CIF nº 192 que aprova as bases mínimas para atuação do Programa; outubro de 2018 a 3ª versão do escopo do Programa; dezembro de 2018 o fortalecimento da política pública de assistência social com a apresentação do modelo conceitual; abril de 2019 a Deliberação CIF nº 278 que aprova NT nº 33 CT-OS com prazo para apresentação do escopo; maio de 2019 a 4ª versão do escopo do Programa; novembro de 2019 a 5ª versão do escopo do Programa; dezembro de 2019 o envio dos termos e planos de reparação aos municípios; março de 2020 o início da implantação dos planos de reparação nos municípios aderentes, com repasse financeiro para o município fazer a contratação de profissionais da proteção social suplementares, além de ofertas de vagas de capacitação para os técnicos, tanto suplementares quanto os técnicos do município, e o fornecimento de veículo para que essas equipes tivessem a condição de se deslocar até as comunidades; maio de 2020 a 6ª versão do escopo do Programa; fevereiro de 2021 a aprovação na CT-OS da nova estratégia de reparação; maio de 2021 a aprovação da nova estratégia pelo CIF; junho de 2021 o início da implantação do plano estadual ES; agosto de 2021 a 7ª versão do escopo do Programa; setembro de 2021 o início da implantação da nova estratégia nos municípios aderentes e a Deliberação CIF nº 533 que aprova o escopo nos termos da NT nº 49 CT-OS, mesmo com dissenso no conceito de vulnerabilidade; novembro de 2021 a 8ª versão do escopo do Programa; novembro de 2022 o workshop entidades socioassistenciais, e atualmente a execução dos planos de proteção social nos municípios e no estado do Espírito Santo. Com relação ao estado de Minas Gerais não foi executado, por opção do próprio estado de Minas Gerais, que não aderiu ao plano, por entenderem que estava sendo tratado no âmbito da repactuação. Outro caso é o município de Resplendor que não aderiu ao plano. Os planos estão distribuídos da seguinte forma: 10 planos de capacitação e acompanhamento das famílias nos municípios de Alpercata, Córrego Novo, Dionísio, Iapu, Marliéria, São Domingos do Prata, São Pedro dos Ferros, Sem- Peixe, Sobralia e Timóteo; 23 planos de execução pelos municípios/estado de suplementação de RH, insumos e capacitação nos municípios de Aimorés, Barra Longa, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Conselheiro Pena, Fernandes Tourinho, Galileia, Ipaba, Ipatinga, Itueta, Linhares, Mariana, Naque, Periquito, Pingo D'Água, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santana do Paraíso, Rio Casca e São José do Goiabal e estado ES; 07 planos em execução via entidades socioassistenciais em Aracruz, Baixo Guandu, Colatina, Governador Valadares, Marilândia, Sooretama e Tumiritinga; e 01 em negociação em Resplendor, com a possibilidade de execução ser pelo próprio município. Informou que a capacitação foi concluída, com o indicador de 100% dos municípios e estado aderentes atendidos. Os repasses foram concluídos, no valor de R\$ 28.708.044,43 (vinte e oito milhões setecentos e oito mil e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos), com o indicador de 100% dos municípios e estado aderentes atendidos. Mariana é um caso específico. O PPS tem 7 indicadores, sendo que 2 são finalísticos, o I01 e o I07; o IA1 é sobre a porcentagem de municípios/estados aderentes, com repasse de 100%; I02, I03 e I04 se refere as capacitações, se diferenciando pelo público, 100% concluídos; o I05 e I06 se refere aos indivíduos vulneráveis, elegíveis das políticas da fundação renova, identificados e encaminhados para a priorização junto aos programas; I07 é sobre a porcentagem de famílias com deslocamento físico que tenham anuído ao acompanhamento social, até a entrega das residências concluídas ou retorno às suas residências de origem ou entrega da solução reparatória a cordada (Mariana, Barra Longa, Sooretama e Linhares).

Registra-se que a referida apresentação encontra-se disponível para consulta, em arquivo documental e de áudio/Vídeo.

Jóeci Miranda pontuou sobre o município de Aracruz, que a Renova não realizou prestação de contas do repasse, mencionando ainda a deliberação 58.

Karolina Rodrigues Vasconcelos, Prefeitura Municipal de Mariana/MG mencionou que as recomendações das notas técnicas aprovadas não estão na apresentação dos indicadores, citando os indicadores I05 e I06 que tiveram recomendações na NT nº 38 CT-OS, não podendo os indicadores serem apenas encaminhamentos. Sobre os indicadores de capacitação, ponderou se houve efetividade e se houve melhoria do serviço público. O escopo do PPS não está 100% aprovado, uma vez que o público alvo não está consensuado e a questão da vulnerabilidade, afetando o cadastro das famílias e a própria execução do PPS. Pontuou sobre o quantitativo da tabela de conceito de vulnerabilidade constante no ofício de resposta da Fundação Renova SEQ58558/2024, referente ao ofício 07/2024 CTOS que solicita a atualização de acordo com a deliberação 533 do público de vulnerável, aprovado pelo CIF. Perguntou se a informação da fase 1 e a fase 2 do ofício é a mesma da apresentação realizada pelo cadastro na reunião ordinária do dia anterior, pois caso seja, está com divergência nos dados apresentados. Mencionou sobre os dados do RMM que também podem estar prejudicados e sobre a não utilização do conceito de vulnerabilidade aprovado pela deliberação do CIF 533. Juliane Barroso informou que a Milla Moreira coordenará o Grupo de Trabalho PPS. Alessandra Venturin, SETADES/ES, mencionou sobre a linha do tempo e sobre o período pandêmico em que os equipamentos públicos e serviços públicos estavam impedidos de atender em determinados serviços. Viviane Gonçalves Moreira, Prefeitura de Barra Longa/MG, destacou que sobre o escopo referente as famílias com deslocamento físico que tenham anuído ao acompanhamento social, até a entrega das residências e outras por pecúnia, não houve a disponibilização da lista completa das famílias para Barra Longa, bem como demais informações que dificultam o acompanhamento.

Priscila Ohira respondeu os questionamentos informando que dentro do plano de proteção social tem a previsão dos comitês de acompanhamento das atividades do plano de proteção social (COMAPS) em cada município. Foi realizado um trabalho com as secretarias municipais, com o estado ES e com o diálogo da Fundação Renova (PG06), quanto a prestação de contas para cada plano em cada município e no estado ES, de forma transparente, podendo serem disponibilizadas as atas. Mencionou também os Fóruns de prestação de contas. Sobre os indicadores esclareceu que foram contruídos em conjunto com a CT, sendo aprovados e para uma próxima Reunião podem ser apresentados indicadores complementares. Quanto ao processo de revisão dos programas será seguido a proposta apresentada ao CIF, sendo oportuno a discussão dos indicadores. Rosilene de Oliveira, SEDESE/MG, pontuou sobre o fortalecimento da política no município e sobre os indicadores que não foram contemplados na apresentação que modifica toda a avaliação do plano. Mencionou sobre os números do RMM, exemplificando o quantitativo de 667 famílias vulneráveis com a rota de reparação concluída, se esses números são realizados em conjunto com a equipe do município. O estado de Minas Gerais não aderiu ao plano e se ainda há essa possibilidade de adesão. Manoel Rodrigues, SEDESE/MG, pontuou sobre o RMM no título Acompanhamento de Famílias, em que a parte 3.2 que poderia ser considerado como um acompanhamento, que poderia ser feito através de visitas domiciliares ou contato por telefone realizados, não há dados. Paula Vieira mencionou a revisão do programa e dos indicadores, e considerou que os indicadores finalísticos devem estar na definição do programa, constante no RMM e para personalização do programa indicadores operacionais, podendo ser realizada a reformulação do RMM. Alessandra Venturin perguntou quais os indicadores que foram utilizados para mensurar o conceito de vulnerabilidade no território. Mencionou o instrumento Registro Mensal de Atendimento (RMA) preenchido pelo município, com vários conceitos, o de vulnerabilidade, violência contra a mulher no território, abuso sexual de criança e adolescente, dentre outros. Desirée Mourão complementou que a execução realizada pelas entidades nos municípios, o COMAPS foi instituído por um comitê com representantes dos atingidos, com representantes do município e da Fundação Renova, para acompanhar a execução dessas entidades durante todo o período. Priscila Ohira observou que o formato do RMM e os indicadores foram construções conjuntas com a Câmara Técnica. Karolina Vasconcelos pontuou

que as aprovações dos indicadores realizadas por meio de Notas Técnicas e deliberações do CIF não constam na apresentação realizada pela Fundação Renova. Priscila Ohira discorreu sobre o conceito de vulnerável que está explicitado no próprio escopo, que tem sua definição aprovada na Deliberação CIF 533/2021, para considerar o que é uma família vulnerável. Com relação aos quantitativos, se aplica um filtro específico para os critérios de vulnerabilidade dentro do cadastro, que é o público de famílias vulneráveis que estão na base do cadastro integrado da Fundação Renova. Há uma data de corte em que a Fase 1 e a Fase 2 terminam. Será realizada uma conferência e para próxima reunião as informações serão atualizadas. Retomou a questão do conceito de vulnerabilidade, que é composto especificamente de uma renda e da composição familiar. A proposta anterior da Fundação Renova era um teto de 4 salários mínimos, sendo que para o CIF não havia conceito. O comparativo com 4 salários mínimos ou sem 4 salários mínimos é o único ponto de divergência que tem entre os 2 conceitos de vulnerável, e que não há impacto na questão de repasse de recursos, disponibilização de veículos, dentre outros. Para os municípios tem uma alteração de quantitativo de famílias vulneráveis por município, mas não o suficiente para ter impacto nas disponibilizações, inclusive do indicador. Os municípios que têm até 500 famílias vulneráveis cadastradas, temos o cálculo de uma só para a suplementação de uma equipe técnica, um veículo e o valor específico para insumos e equipamentos. Quando o município tem de 501 até 1000 famílias, são duas 2 equipes, assim por diante. Karolina Vasconcelos observou que a deliberação do CIF sobre o conceito de vulnerabilidade amplia as famílias cadastradas, e o conceito da Fundação Renova restringe as famílias cadastradas, o que impacta e influencia na suplementação da equipe. Juliane Barroso ressaltou que a centralidade não se situa na renda, não se trata apenas de um aspecto econômico que se diz sobre aquela família, mas outras vulnerabilidades, que balizam para o entendimento de vulnerabilidade. Priscila Ohira reiterou que o conceito de vulnerável foi construído em conjunto com a Câmara Técnica, e possui 2 aspectos, a renda e a composição familiar, que foi o escopo aprovado. A única diferença é o teto dos 4 salários mínimos, mas ainda assim, para os planos, não tem diferença no repasse, na disponibilização de recursos, na capacitação e outros. Precisou estabelecer parâmetros específicos e objetivos para a execução do plano. Sobre o período da pandemia, informou que vários municípios aceleraram o processo de negociação, com a suplementação para o atendimento das famílias nesse período. Desirée Mourão pontuou sobre a terminologia a rota de reparação concluída esse termo está explícito no indicador que trata do eixo 2, da proteção social que é executado pelos outros programas que fazem interface. Ao mencionar a rota de reparação concluída, refere-se para o programa a qual ele é elegível, como exemplo, o PIM, em que a rota de reparação concluída foi para o PIM e não para a proteção social que faz o acompanhamento. Mirna Corrêa perguntou se o acompanhamento também ocorrer no PG17 e no PG16. Desirée Mourão informou que há alguns programas no eixo 2 em que é realizada a interface, sendo somente aqueles que possuem políticas de elegibilidade, PIM, AFE e PG17. Priscila Ohira complementou que na interface não há interferência nas políticas de cada programa, nem nos critérios de elegibilidade, apenas o acompanhamento ao vulnerável que é elegível àquele programa. Juliane Barroso destacou ser importante que a Fundação Renova faça um levantamento das interfaces com os demais programas. A coordenadora propôs uma C exposição geral do PPS pela Renova, em vez de passar pelos 41 municípios. Para tal, será realizada uma amostragem compreendendo a apresentação de Aracruz, Linhares, SETADES do estado do Espírito Santo, Barra Longa, Mariana e SEDESE do estado de Minas Gerais, apesar de não ter tido a execução do PPS, mas também tem contribuições importantes. Priscila Ohira informou que em Aracruz o plano é no valor de R\$ 1.930.228,94 (um milhão e novecentos e trinta mil e duzentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos), sendo o valor repassado de R\$ 1.782.729,66 (um milhão e setecentos e oitenta e dois mil e setecentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos). O Termo foi assinado em outubro de 2021 e o Termo de encerramento foi assinado em dezembro de 2023. Foi aberto edital para a execução ser realizada por meio de entidade. As entidades em Aracruz foram Amigos da Justiça, AMOC, MDB

e Associação Indígena, no atendimento às famílias. Foram realizadas 04 reuniões do COMAPS. Em Linhares, o plano é no valor de R\$ 2.635.544,33 (dois milhões e seiscentos e trinta e cinco mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos), sendo que foram repassados o valor de R\$ 2.371.622,36 (dois milhões e trezentos e setenta e um mil e seiscentos e vinte e dois reais e trinta e dois centavos), para RH suplementar e dos insumos e equipamentos, com execução direta pelo município. O governo do estado do Espírito Santo é um pouco diferentemente dos municípios, pois tem um caráter mais de supervisão e de acompanhamento dos municípios. O plano é no valor de R\$ 1.694.023,50 (um milhão e seiscentos e noventa e quatro mil e vinte e três reais e cinquenta centavos), assinado em julho de 2021, com previsão de até dezembro de 2024. Em Barra Longa, o plano é no valor de R\$ 1.711.746,77 (um milhão e setecentos e onze mil e setecentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos), sendo que o repasse foi no valor de R\$ 1.009.376,29 (um milhão e nove mil e trezentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos), com a execução direta. O plano foi assinado em setembro de 2020 e o termo de encerramento em fevereiro de 2024. Registrou um relacionamento muito próximo junto ao município. Em Mariana não segue os mesmos moldes dos demais planos da calha, se tratando de um caso específico de Ação Civil Pública (ACP) e registrou um relacionamento muito próximo junto ao município. Glaziane Silva, fundação Renova, informou que o plano começou em 2017/2018, seguindo o escopo que é de suplementação, diferenciando na execução que foi por determinação judicial e tem a previsão de RH, insumos, equipamentos, capacitações e outros. Tem a proposta de atuação de até 03 anos, após o reassentamento, com a finalização e execução do do PG 08 (Programa Reassentamento). Os recursos são recurso pautados dentro da ação civil, com os depósitos feitos em conta judicial, bem como a prestação de contas, sendo que algumas entregas são diretas pela Fundação Renova, como por exemplo os insumos, a capacitação, e na época a implementação de alguns serviços. Karolina Vasconcelos mencionou que o cenário em Mariana se torna um pouco diferente, citando a construção de Paracatu e Bento Rodrigues, o que gera impactos, com mais de três mil trabalhadores dentro de Mariana, uma Universidade e a própria mineração. Por ser uma população flutuante que está impactado os serviços públicos, como a própria comunidade local. No que se refere à ação civil está pactuado, mas podendo ser visto dentro da revisão do programa esses outros problemas que estão sendo gerados no território. Glaziane Silva complementou que todo processo de revisão do escopo do programa é realizado no âmbito judicial. Juliane Barroso mencionou que toda apresentação possa ser por slide para o acompanhamento. Daniely Alves mencionou sobre as heranças que herdadas por Mariana, após rompimento da barragem de Fundão, citando que mais de 1.500 famílias transferiram o CadÚnico para Mariana, o aumento de população de rua de 515%, trânsito caótico, especulação imobiliária, e o padrão de vida estabelecido hoje em Mariana ficou muito elevado, e que todas essas questões causam impacto na cidade. Salientou que enquanto assistência social, não possuem listagem de quem são as famílias que estão retornando para o reassentamento, pedido realizado várias vezes à Fundação Renova, sem resposta. Questionou sobre a questão da autonomia financeira das famílias e o seu retorno para Bento Rodrigues, em que uma população rural foi transformada em uma população urbana. Pontuou que foi solicitado o plano de desmobilização das empresas, e que não houve retorno. Mencionou o aumento das situações de casas de prostituição no município e o aumento significativo e conclusivo das doenças sexualmente transmissíveis, aumento de famílias em áreas de invasão. Foram abertas cerca de 03 a 04 creches em 2024, com a perspectiva de abertura de mais duas creches. Informou que as obras da Renova ainda não foram recebidas pela prefeitura devido o auto custo de manutenção, necessitando de um prazo maior da Renova assumir as escolas. Mirna Corrêa perguntou se a Assistência Social de Mariana, após a Renova, está preparada para tratar da situação de Bento Rodrigues. Karolina Vasconcelos pontuou que a questão é preocupante, que o trabalho tem sido na revisão do plano, buscando indicadores locais e da assistência para mensurar um pouco do impacto que têm sido as atividades da Fundação Renova no território para o planejamento de algumas ações, para além das pactuadas. Milla Moreira, Prefeitura

Municipal de Linhares/ES pontuou que o PPS, no momento, não contempla os anseios dos atingidos e dos municípios, registrando as considerações que foram feitas pelo Grupo de Trabalho PG05: clareza do conceito de vulnerabilidade; revisão dos indicadores; necessidade de avaliação dos municípios e aprovação do plano pelos Conselhos de Assistência Social; avaliar por meio dos indicadores a superação das vulnerabilidades do território e das famílias atingidas; manutenção das equipes; capacitações e formações para além da equipe técnica, sendo que a capacitação seja indicada pelos atingidos e equipes de referência do território; o monitoramento do estado ter iniciado dois anos após o início da execução dos planos, prejudicando nos municípios o acompanhamento dos planos, principalmente nos municípios com execução indireta; deliberações que não foram atendidas. Viviane Moreira pontuou que o plano de Barra Longa não atendeu os anseios do município, que nas oficinas poderia ter se pensando em outros cursos, para além de manicuri e a realização de diagnóstico. Se referiu a equipe mínima no atendimento de tantas demandas e nas questões econômicas que influenciam as questões sociais. Pontuou como a equipe técnica poderia auxiliar nas questões de cadastro. Solicitou informações sobre famílias que estão pelo aluguel da Fundação Renova e quais estão por pecúnia. Jóeci Miranda corroborou com os apontamentos do Grupo de Trabalho e perguntou quais foram os critérios de escolha das entidades para executarem os planos. Mirna Corrêa lembrou que para o plano de Barra Longa, foi o único município que foi visitado, com a apresentação do projeto in loco, mencionou que na atualidade, cursos de pano de prato é atividade meio, para geração de renda devem ser ofertados outros cursos, como exemplo construção civil. Não havia no projeto diferenciação para local urbano e local rural. Com relação à capacitação de SUAS para equipe técnica é questão de legislação, os recursos poderiam ser investidos em outros cursos de capacitação. Márcia Vieira, SETADES/ES, ressaltou a execução do serviço das atividades ofertadas se foram de encontro da política de Assistência Social. Citou o contrato com o SESI em Sooretama e em Colatina, porém o SESI não é reconhecido como entidade de assistência social. Milla Moreira pontuou como positivo a experiência direta na execução no município de Linhares. Sobre a revisão do programa, quais as tratativas que a Renova está realizando para os municípios que já tiveram os planos finalizados e sinalizam que não foi satisfatório. Rosilene de Oliveira, SETADES/MG, observou que o plano de proteção social tinha como objetivo fortalecer a política de assistência social, aumentar a capacidade de atendimento e qualificar os serviços socioassistenciais que são executados nas unidades públicas nos territórios. Ponderou sobre os cursos e geração de renda e sobre o trabalho intersetorial. Karolina Vasconcelos mencionou sobre a carga horária da capacitação nos territórios e se são contínuas. Mirna Corrêa sugeriu o cruzamento das informações do monitoramento pesqueiro (UFES) do PG16 com o PPS, com corte de gênero e idade, vislumbrando capacitação sobre a legislação da pesca, qualificando dentro da necessidade do atingido. Priscila Ohira agradeceu pelas contribuições e considerou que na construção do programa foram seguidos os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social, mas o viés é a reparação e não a política pública, devendo ser considerado o TTAC, em sua Cláusula 56. Nos planos executados de forma indireta os municípios participaram das reuniões de planejamento com as entidades, respeitando a autonomia do município. Juliane Barroso pontuou sobre a Cláusula 56 e a elaboração de protocolo, que em alguns momentos é o SUAS e em outros a Renova. Não é papel da Fundação Renova assumir a política pública, mas cada um realizar as suas competências. Mirna Corrêa ponderou que o TTAC tem aderência com a política pública. Priscila Ohira reiterou que estão de acordo no geral com as falas, que a Renova está aberta ao diálogo. As negociações com os municípios foram realizadas com cada município, respeitando suas especificidades. Juliane Barroso mencionou que o momento da revisão dos programas é oportuno para as discussões e que talvez não seja possível dar quitação à reparação na questão da proteção social. Milla Moreira perguntou qual a tratativa da revisão do PG05 para os municípios que tiveram seus planos finalizados. Priscila Ohira pontuou que o entendimento é que alguns planos foram concluídos, com termos de encerramento assinados pelos municípios com cláusula de quitação. Para os novos elementos

trazidos deve ser realizada uma nova discussão aprofundada. Karolina Vasconcelos mencionou que para ter o encerramento dos planos não deveria ter a aprovação do CIF, além disso a CT-OS estava sem atividades. Realizou leitura do parágrafo único da Cláusula 56 do TTAC e perguntou se após o encerramento foi comprometida a execução do serviço público. Juliane Barroso mencionou que irá verificar junto ao CIF sobre os procedimentos quanto ao encerramento dos planos e deliberação e lembrou sobre um pleito do fórum de prefeitos (Rio Doce, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado) quanto a ampliação do PPS.

Registro o momento de fala dos atingidos, presencialmente: Liberina Gomes perguntou sobre um repasse de recursos da Samarco para Prefeitura de Anchieta/ES, se faz parte do PPS PG05, e sobre a situação dos pescadores desse território, além das questões de saúde. Juliane Barroso esclareceu que o município de Anchieta/ES é considerado impactado em decorrência da paralisação das atividades da Samarco, e não tem PPS. Pontuou que são compreensíveis as ponderações dos atingidos quanto a outros elementos de aspecto da saúde, da biodiversidade, dentre outros, mas que o PG05 trata da proteção social. Roberto mencionou sobre os dados de atendimento do do cadastro em Tumiritinga, questionando o que melhorou na vida social e econômica das famílias, além de questões de saúde. Simone Silva pontuou sobre as crianças e adolescentes que são invisíveis na reparação, perguntando em qual programa elas se encaminham, e sobre as questões escolares em Barra Longa. Mencionou sobre o aumento do custo de vida, citando o aluguel. Rômulo Bonnes mencionou sobre a revisão cadastral, devido as mulheres terem sido cadastradas como dependentes dos maridos, dando as mulheres atingidas o direito de fala, capacitações condizentes, independência econômica e questões de desmembramento familiar. Jaqueline Martins reforçou o pedido da representação dos atingidos de Barra Longa como membro da CT-OS. Perguntou sobre as questões de estrutura física que poderiam ser realizadas, as quais poderia ficar como legado para Barra Longa. Simone Nunes mencionou sobre o plano em São Jose do Goiabal e que a execução do plano na comunidades rurais não foi funcional. Enéas Ferreira parabenizou o estado do Espírito Santo quanto as tratativas da área da saúde e pontuou sobre o cadastro de Conceição da Barra. Jóeci Miranda arguiu sobre os pescadores de Vitória, e qual será o Plano de Proteção Social para esses pescadores, que são moradores de Vitória, mas exercem suas atividades laborais na área atingida. Creuza Maria mencionou sobre o território 1 e 2 quanto aos programas, o repasse de recursos para o município de Timóteo, e sobre o corte do auxílio emergencial. Atingidos por videoconferência: Lúcia Maria de Oliveira pontuou a Cláusula 54 e 58 do TTAC e a parceria da Renova junto ao poder público, citando os prazos de execução dos planos, se os objetivos dos planos foram atingidos, com aumento de situações relacionadas à saúde, drogas e outros. Marilucia, território 5, perguntou como o PPS está funcionando em Galileia e sobre os atingidos não cadastrados. Juliane Barroso informou que a execução do PPS é realizada de forma direta pelo município de Galileia, sugeriu que a ATI faça contato com a prefeitura de Galileia. Juliane Barroso alertou quanto a atenção e o cuidado de todos no uso dos canais disponibilizados pela Câmara Técnica, citando o chat da plataforma Teams. Mencionou sobre a velocidade das informações nas redes sociais e no compartilhamento das fake news. Considerando a responsabilidade da CT-OS junto aos programas, a Fundação Renova se pronunciará sobre informações que estão circulando nos grupos. Paula Vieira realizou leitura de esclarecimento da Fundação Renova sobre o Auxílio Emergencial (AFE), informando que não há previsão de cortes nos pagamentos do AFE para pessoas que já receberam o auxílio, salvo em casos específicos como falecimento do titular e/ou acordos específicos com anuência do impactado. Em caso de dúvidas, ligue para 08000312303. Julia (CAT/ATI Galileia), perguntou se os acordos do Novel estão incluídos no comunicado, pedindo mais clareza na informação. Paula Vieira informou que direcionará à equipe do AFE para esclarecimento.

**Encaminhamento
E66.14**

A Fundação Renova e a CT-OS retomarão a discussão sobre o ajuste aos indicadores à luz das Notas Técnicas, deliberações e informações complementares dos indicadores;

Encaminhamento E66.15	A CT-OS verificará sobre as diferenças de acompanhamento e encaminhamento no escopo do programa 05, bem como o alinhamento sobre conceito de vulnerabilidade junto à Fundação Renova.
Encaminhamento E66.16	A Fundação Renova disponibilizará as atas das reuniões dos comitês de acompanhamento (COMAPPS) com a participação dos municípios
Encaminhamento E66.17	A Fundação Renova fará a conferência sobre o quantitativo e datas de corte da Fase 1 e Fase 2 do cadastro do PPS, referente ao Ofício SEQ58558/2024 e apresentará na próxima Reunião Ordinária da CT-OS
Encaminhamento E66.18	A Fundação Renova esclarecerá sobre Eixo 2 - a rota de reparação e terminologia utilizada.
Encaminhamento E66.19	A Fundação Renova apresentará um levantamento das interfaces do PPS com outros programas.
Encaminhamento E66.20	A Fundação Renova encaminhará a relação da famílias em Mariana e Barra Longa que retornaram para os reassentamentos, esclarecendo quais famílias estão em outros locais e quais estão por pecúnia.
Encaminhamento E66.21	A Fundação Renova estabelecerá um Plano de desmobilização das empresas;
Encaminhamento E66.22	A Coordenação da CT-OS consultará ao CIF sobre os procedimentos quanto ao encerramento dos planos e deliberação.
Encaminhamento E66.23	A Fundação Renova e a CT-OS retomarão a discussão sobre o encerramento dos PPS's

Não havendo mais considerações por parte dos membros, e como todos os pontos da pauta foram tratados, às dezesseis horas e vinte e oito minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e quatro, a sra. Juliane de Araújo Barroso, coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CT-OS, finalizou a reunião agradecendo a participação de todas e todos.

Registro que a presente Ata foi aprovada no dia 20 de setembro de 2024, na 68ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio emergencial – CT-OS/CIF

Juliane de Araújo Barroso
Coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social
e Auxílio emergencial – CT-OS/CIF

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JULIANE DE ARAÚJO BARROSO
ASSESSOR ESPECIAL NIVEL III QCE-01
SUBAAD - SETADES - GOVES
assinado em 07/10/2024 15:52:57 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 07/10/2024 15:52:57 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JULIANE DE ARAÚJO BARROSO (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL III QCE-01 - SUBAAD - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-764N2L>